



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 032/2024

(Plenária Presencial)

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; João Batista Machado da Rocha e Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Natália Vieira, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; e Francyne Rosa, **CEA**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Olá, pessoal. Vamos começar? As comissões primeiro, daí depois a gente faz algum relato. Pode ser? Qual a primeira? Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Só tem um, rapidinho. Processo 22.0.000059378-1. OSC **BANCO DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL**, Projeto Cozinha Nota 10, Carta de Captação 026 de 2022, válida até 31 de dezembro de 2024. Do relatório: a OSC Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul solicita alteração do orçamento físico-financeiro do projeto Cozinha Nota 10, certificado de captação 2022 026, Resolução 141 de 2022, com valor aprovado para captação de R\$ 812.994,42 com 10% de retenção. A alteração é na rubrica de pessoal, nos salários da nutricionista e do motorista. A OSC justifica que a solicitação ocorre devido aos direitos dos colaboradores, como reajustes anuais e adicionais por tempo de serviço. Encaminhamento da comissão: a comissão de finanças, considerando que as alterações solicitadas não modificam o valor do certificado de captação, bem como o objeto do projeto, é de parecer favorável à solicitação da OSC. Alguma dúvida?

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Alguma dúvida, pessoal? Em votação, quem é favorável, favor levantar a mão. OK. Alguém contra? Não? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Alguma outra de outra comissão?

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Políticas. A gente tem duas visitas: uma é 24.0.000056367-2, que foi na **ACM, MORRO SANTANA**, e o parecer foi favorável. A outra é 27.0.000012952-2, da **CALÁBRIA**, RTMA 5, parecer favorável também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sabe quando foram essas duas visitas? A ACM, Morro Santana, e o outro Calábria, Pobres Servos? Porque essa não foi as últimas duas enviadas, só da comissão. A que eu fui com a Letícia foi quinta-feira passada. Essas duas, ACM e Calábria? Sabe quando foram essas? Acho que não é daquela das enchentes. Na última quinta-feira, a Letícia e a Rose foram

em outras duas instituições com o pessoal daqui da secretaria, e é para acontecer daqui para frente para, junto, a gente aproveitar as visitas juntos também. Pode acontecer de em algum momento a gente não conseguir acompanhar, mas vai ser mais difícil. Por isso que eu pergunto qual foi o dia da visita, porque pode ter acontecido e a gente não ter sido informado. No processo está escrito. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Dia 4/10. Nessa daí nós não fomos chamados. Eles não passaram para mim. E tem o da Calábria. Foi a Larissa, mas esse aqui foi antes, há mais tempo ainda. Há 3 meses, 29/07. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só para reforçar, tu vê, o Luís Paulo tinha me dito que tu estava no grupo do WhatsApp de visitas, em que ele larga ali os seis e quem tem que fazer a visita. Era uma outra pessoa que fazia esse acompanhamento porque estava de férias, não sei se a pessoa já voltou. Mas aí ele largava ali e o pessoal da equipe dizia os dias que podia e quem ia. Aí só sinaliza para nós também. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** A única coisa que o Luís Paulo falou para mim, quando ele coloca ali no grupo que eu estou, ele disse: ‘esses aqui tu pode avisar para a Carol’. Mas nessa anterior, ele não me pediu. Agora, todas que tiverem a visita, eu peço. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acredito que sim, as que tenham recurso do Fundo Criança e Adolescente. Porque se for também, eu não sei se é a mesma comissão que visita para o Comui. Aí tem que só cuidar isso. Se for recurso Comui, não é nosso. Se for recurso Fundo Criança, é nosso. Acerta com ele direitinho para poder dar certo. Políticas deu? Não tem ainda a resolução. Vamos só passar o registro, daí a gente vai para a resolução. Registro?

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: Hoje a comissão de registro se dividiu em dois grupos; teve um grupo de uma pessoa só. Eu, a Francine e a Carol fizemos a visita em 3 OSCs, 3 pedidos iniciais de registro e inscrição de serviço. As 3 eram de educação infantil. Duas delas ainda estão pendentes de envio de alguns anexos para finalizar, mas o trabalho em si executado foi satisfatório. A gente constatou que estava tudo OK. Uma delas, que já está com o processo completo, podemos passar hoje, que é a OSC Estrelinha de Ouro. Processo SEI 24.0.000062827-8. É uma escolinha que ainda não está parceirizada, mas dos 29 alunos, 21 já estão credenciados com compra de vaga, e outros 8 ainda são particulares. Mas a execução do serviço já está OK, então podemos opinar pelo

97 deferimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
98 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Em votação então,
99 quem é favorável, por favor. OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

100 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:**
101 Dando sequência, como não tinha carro disponibilizado para a comissão, faltou algum
102 membro, então a gente aproveitou o carro e fomos fazer visita, mais de orientação de
103 preenchimento de formulários. Como se tratava de 3 instituições, 2 eram mais dirigidas por
104 voluntários e têm dificuldade, que é a Associação Odomodé, na Ipiranga. Tivemos uma breve
105 reunião lá, que mudou o pessoal. É a Associação Odomodé, a Integração dos Anjos. Essa que
106 está fazendo a parceria com a Parceiros para as atividades de capoeira. Eles fazem aula de
107 capoeira também lá. Então, foi orientado. A assistente social não estava presente, mas a gente
108 conversou via WhatsApp também. A outra instituição era a Figo, que também teria uma
109 reunião, porém ficamos, eu e o motorista, 15 minutos no portão 3 para entrar. Era ligação para
110 lá, ligação para cá. Eu disse: "Motorista, faz a volta e vamos continuar a viagem". Aí fomos
111 em outra, lá no final do Morro das Antenas, da Glória, mas é ali da Aparício Borges, que tem
112 como território. É na Associação de Moradores Multiplicar Amor e Conhecer. Também é uma
113 associação nova, então eles estão há 4 anos na lida e eles querem registro. Então também
114 orientou a questão da inscrição do programa, do SARA. Do jeito deles, tem esporte, tem
115 capoeira, boxe, né? Tem apoio pedagógico. Também é só voluntariado de moradores, né? É
116 tanto que as famílias têm lá uma escala para organizar o local, limpeza, etc. Bem no final. E
117 então essa aí também ficou para orientar. Então, agendei com ela para ir na Pequena Casa para
118 a gente dar uma mão ali para... É pertinho? Não sei. Então essa aí está bem encaminhada
119 também para a próxima, próximo eventual retorno lá. Então foi esse o relato aí do registro.
120 OK. Na FIG, acho que era entrada somente que tem que pagar, né, aquele lado. Mas pediu
121 isenção. Ela pediu os dados do carro, eu enviei via WhatsApp. Ela não estava, quem ia receber
122 a gente era o vice-presidente ou o presidente da FIG, sei lá, e ficamos ali o rapaz ligando para
123 lá, para cá, e foi 15 ou 16 minutos. Aí eu falei para ela: "Continuamos a viagem, fica para a
124 próxima, a gente vai entrar em contato, vocês vão ter que ir lá no CMDCA". É, eu acho que
125 dependendo da instituição que é dentro, por exemplo, da PUCRS, nós temos uma outra agora
126 que acho que já entrou ou que vai entrar também com pedido, e aí a gente não agenda, mas
127 talvez a gente conversar antes para poder estar ali, alguma coisa nessa linha assim. É que eles
128 dão isenção, como tem a Coras lá, o ISE, eles conseguem isenções para nós. Eu participando
129 da Coras. E essa senhora lá, também ela ia, ela pediu os dados da placa do carro, tudo, eu

130 passei, mas não chegou à portaria. Daria para pagar aqueles R\$ 37? Não, dei meia-volta.
131 Então, tá. Alguns retornos, então, né? Ah, desculpa, resolução. Hoje de manhã a gente
132 trabalhou em cima da resolução na perspectiva de recompor e reativar a comissão municipal
133 do Plano Municipal de Direitos à Convivência Familiar e Comunitária. A última vez que essa
134 que essa comissão foi reativada foi em 2019, Resolução 055, mas em seguida veio a
135 pandemia, e aí eu acho que essa comissão ficou parada. Dissolveu. E aí a gente fez um
136 documento na ideia, então, de criar uma nova resolução, chamar todos, né, todos os atores
137 envolvidos desde a de 2013. É que não é uma portaria de 2013? 2009 que cria. 2013 é o plano.
138 Que eu acho que a gente tinha que focar é na portaria, ainda que seja lá do Fortunati. **Carolina**
139 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
140 **(Topogigio) – Presidente:** Dá uma olhada. Aumenta. A resolução e a portaria a gente
141 procurou e não achou. A resolução eu pedi para o DOPA, fiz por e-mail a solicitação para eles
142 encaminharem, porque também não está no site e nós não temos aqui. Mas eu acho que se a
143 gente direto no Google, escrevendo a convivência familiar e comunitária de Porto Alegre,
144 pega o plano em PDF e aí no plano, na abertura, consta a portaria do Fortunati. Não é a 271?
145 É a dois essa aqui, ó, 71. De 2009? É, Fortunati. Então, ainda é anterior ainda. Olha, vê o que
146 vocês acham, porque a gente foi colocando as considerações. Aí, eu não sei se nessa lógica,
147 caso você que tem mais tempo, se está dentro. Mas aí tá: o Conselho Municipal dos Direitos
148 da Criança e Adolescente de Porto Alegre, no uso das atribuições legais nos termos de lei 628
149 de 2009, por maioria absoluta de seus membros, considerando a retomada da comissão
150 municipal para a implementação do Plano Nacional de Direito à Convivência Familiar e
151 Comunitária. A comissão anterior elaborou de 2009 a 2013 o Plano Municipal de Direito à
152 Convivência Familiar e Comunitária de Porto Alegre, inclusive realizando a primeira
153 conferência municipal de convivência familiar e comunitária. Após o lançamento do plano
154 municipal, várias articulações foram realizadas. Contudo, a partir das trocas de gestões, seja
155 na prefeitura ou por consequência do CMDCA, com suas representações governamentais, esse
156 trabalho estacionou. Isso já estava na resolução anterior, tá? Isso aí a gente só fez um copia e
157 cola. E aí a gente construiu a de baixo. Considerando a construção do plano municipal de
158 direito à convivência familiar e comunitária pela comissão municipal para implementação do
159 Plano Nacional de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, constituída através da
160 portaria 271 de 30/12/2009, em virtude da reforma administrativa de Porto Alegre ocorrida de
161 em janeiro de 2017. Isso aí a gente também copiou. Aí isso aqui a gente conseguiu, a gente
162 construiu. Considerando que a cidade de Porto Alegre foi fortemente impactada pela

163 pandemia de COVID-19 e que houveram reflexos significativos na comissão municipal para
164 implementação do Plano Nacional de Direito à Convivência Familiar e Comunitária,
165 recomposta pela Resolução 055 de 2019, em que os trabalhos foram interrompidos. Frente a
166 isso, mostra-se a urgência e necessidade de recompor e retomar essa comissão. E aí a gente
167 põe de novo a nova reforma administrativa porque mudam as pessoas que a gente vai chamar.
168 Mudam as secretarias? Isso. E aí a gente já colocou aqui embaixo. Considerando a reforma
169 administrativa da Prefeitura de Porto Alegre em 7 de janeiro de 2021, que criou quatro novas
170 secretarias. Isso aqui é um texto da anterior também, que a gente aproveitou. Aproveitando o
171 excelente momento de exercício pelo CMDCA de Porto Alegre em diversas instâncias e
172 sentindo o momento adequado para resgatar este trabalho, o referido plano, pela necessidade
173 de uma avaliação e necessárias atualizações desse conselho. E aí resolve: recompor e reativar
174 a comissão municipal do Plano Municipal de Direitos à Convivência Familiar e Comunitária
175 para a sua atualização no ano de 2024. E essas funções aqui também já estavam na resolução
176 anterior. Então as funções do conselho: difundir uma cultura de promoção, defesa e garantia
177 do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Parametrizar o
178 acolhimento institucional como medida de caráter excepcional e provisório, assegurando
179 atendimento individualizado de qualidade em pequenos grupos. E fomentar e implementar
180 alternativas à institucionalização, na forma de programas de acolhimento familiar e de
181 programas para a promoção de autonomia do adolescente e do jovem adulto. E aí, para tanto,
182 este conselho convoca novamente a comissão através dos representantes da sociedade civil. O
183 que é que a gente fez aqui? A gente só expôs as secretarias. A única que a gente incluiu aqui,
184 que não estava, foi a de Segurança Alimentar e Nutricional. Incluiu a Defensoria Pública
185 Estadual, né, que eles tinham vindo aqui, solicitaram. E o resto foi as secretarias que têm
186 novos nomes, né? A da cultura é SMSEC. Ali embaixo do Poder Judiciário Estadual. A da
187 cultura está diferente. Daí tem que confirmar então no site, né? Não, foi a única que eu achei.
188 Mas eu, eu acho que lá em cima a gente não precisa colocar, porque é de 21, né? É. Entendeu?
189 É lá quando ela bota, considera... Só, sobe, gurias, um pouquinho, por favor. É, considerando
190 a reforma, eu acho que isso foi em 21, OK. Agora não se justifica, já está, entende? Para estar
191 na vida, né? Nesse sentido, entendeu? É. Porque já está, né? Já está na vida, né? A ideia de ter
192 colocado que tinha na outra falando da anterior, porque aí muda quem chama. Acho que
193 algumas questões ali em cima, mas eu só queria terminar o texto ali, e aí depois a gente pode
194 voltar talvez. Eu tenho uma dúvida ali, se a comissão anterior, ela elaborou ali, ó, de 2009 a
195 2013 o plano municipal. O plano municipal, ele não é de 2013 a 2023, ou de 10, de 2010 a

2020, eu acho que é? Esse parágrafo de cima é da resolução 55 de 2019. É que é um período de... é que é um plano decenal, não é? Só para me corrigir minha vida. É um plano decenal. Então, eu acho que se ele foi feito em 2009, ele foi feito 10 a 20, se eu não me engano. E aí, pelo que eu me lembro, que daí a gente estava bem na pandemia, e aí a gente começou aqueles trabalhos da questão do plano da convivência familiar, e aí a Sheila quando estava saindo, né, e aí a gente acabou, depois a Suzana entrou e aí depois acabou também não rolando, e aí ficou literalmente estacionado. Foi embora. Daí a gente põe aqui de 10 a 20, é isso? Não é que é o período do plano, entendeu? Ali, ó. Aí é a elaboração, mas não está dizendo qual o período do plano. É, o plano, ele foi, é um plano decenal. De 2013 a 2023. Eu acho que ele é até 2020. Não, mas o que está escrito aqui é que o plano foi elaborado de 2009 a 2013, não que ele estava sendo executado. A comissão elaborou de 2009 a 2013, então foram quatro anos de elaboração? E foi aprovado em 2013. É, está certo, não foi a implementação, mas a elaboração do plano. Eu acho que, em vez de esse trabalho estacionou, esse trabalho necessita ser atualizado, que é o que está acontecendo agora, né? É a mesma coisa ali do "resolve", ali, que fala que em 2024, acho que não é só em 2024. Se não, parece que vai ser só em 2024 e... E aí a portaria, a nova composição, sai pelo conselho e depois pelo prefeito. E aí, acho que talvez o segundo "considerando" ali, não precisa. Eu acho que não precisa, senão vai dizer... Porque aconteceu em 2017, depois aconteceu em 2010, aconteceu não sei o quê, sabe? Cada troca de governo mudou as secretarias. Aí eu tiraria. Agora, sim, a questão do da questão da pandemia, sim, daí da pandemia. Considerando que a cidade de Porto Alegre foi fortemente impactada pela pandemia e que houve reflexos significativos na Comissão Municipal para implementação do Plano Nacional, recomposta pela resolução 55, em que os seus trabalhos foram interrompidos. Frente a isso, mostra-se a urgência e necessidade de recompor e retomar essa comissão. E aí tira esse "considerando-se", aí também. Isso que é que a Sônia pediu? Aproveitando o excelente momento, se resolve, deu. Agora, ali naquele "resolve", ali, dá para dar uma melhoradinha, não? Resolve, recompor e reativar a comissão municipal do Plano Municipal de Direito à Convivência Familiar e Comunitária para a sua atualização no ano de 2024? É, eu, isso eu também fiquei pensando. Ah, pensando de que, lá em cima, se trabalhou em 10.000 anos, né? Será que a gente consegue reativar e fazer em 2024? Eu acho que coloca só atualização. Resolve mobilizar, ou então compor ou recompor, retomar... É, porque essa é a ideia. E será que precisa de "aproveitando um excelente momento"? Eu também acho, fica tão estranho. Não, a gente não precisa disso. Uma resolução, a resolução ela desce direto ao ponto e deu. É, eu achei estranho, "excelente momento". Vamos tirar, gente. Eu acho que resolve

229 ativar ou mobilizar. É a comissão municipal. Porque o plano, ele podia estar dormente aqui,
230 mas ele estava sempre ativo, é o que nós temos, é o que está aí. E agora a gente vai avaliando
231 e colocando as coisas novas. Então, resolver não seria atualizar, então? Porque lá em cima...
232 Atualizar. A gente está recompondo, mas a gente está recompondo também, né?
233 Recompondo, sim. Recompondo e atualizando. É, e recompondo, talvez reconfigurando.
234 Atualizando a comissão, o plano e a comissão, né? Porque vai mexer no plano, né?
235 Exatamente. Atualizar o plano com vistas a, para a sua... Acho que recompor a comissão, para
236 a atualização para atualizar o plano... O plano. Para não repetir plano, só atualizar o plano. É,
237 já está se referindo ao plano... Já está dizendo ali. Plano decenal, plano municipal. O plano
238 municipal. Sim, mas tem que repetir tudo na palavra. Não, não precisa, pode deixar só plano.
239 Já está lá em cima que é do plano... O plano municipal. Eu acho que, ali, naquele parágrafo
240 anterior, ali, quando fala da pandemia, volta lá de novo. Ali, ó: "Considerando que cidade de
241 Porto Alegre foi fortemente impactada". Eu acho que eles não houveram só na comissão. Ali
242 fala, teve grandes impactos, mexendo na dinâmica da convivência humana, mas não foi só que
243 impactou a comissão. Não sei, não precisaria dizer que impactou todas as coisas. Acho que
244 está querendo dizer que o projeto estava parado. É que não dá para botar que a gestão... A
245 gestão da prefeitura de 2017 a 2020 cancelou tudo. Cancelou tudo. Eu acho que bota a
246 pandemia e bota a enchente, que mexeram com a dinâmica da convivência. Quem pede um
247 olhar outro, né? Mas que, de fato, destruiu... Desconstituiu e desconstituiu. A gente está
248 falando da enchente? A gente está falando da pandemia, então tem que dizer você está usando
249 um... Eu acho que, então, lá na COVID-19, ah, "fortemente impactada pela COVID-19 e
250 também pela enchente, pela calamidade, enchente de 2024". Isso, afetando fortemente ou
251 grandemente a população da cidade de Porto Alegre, ou a população da cidade... Mudou até a
252 composição familiar nos territórios, né? A convivência familiar. E aí sim, em que houve
253 reflexos significativos na comissão municipal. Aí eu acho que daí vai. Tá, e aí o início a gente
254 tira, então? Porque ele já está falando Porto Alegre. Tira essa parte, por favor. Considerando a
255 pandemia da COVID-19, também pela calamidade, colocar 2024. Que afetou fortemente a
256 população e que houve reflexos significativos na comissão municipal. A gente colocar "com
257 reflexos significativos". Com... Sim. Tá, é isso. A gente vai convidar uma revisora de texto,
258 ela achava problema em tudo que era vírgula. A gente ficou um ano só nas vírgulas. Foi por
259 isso que de nove a três. Eu era criança naquela época. Ah, tá, entendi. Em relação às pessoas,
260 só vê se está tudo OK, certo? Eu, ah, tá. Tem a OAB que é nova também, eu acho que a gente
261 incluiu a OAB, incluiu as novas secretarias e a defensoria. O resto é os mesmos que já

estavam. Pode subir, por favor. Altera as políticas, habitação, saúde... Eu acho que é isso, gente. Com isso, se chama as reuniões, né, para começar a compor o plano, né? Eu soube que estão revendo o plano a nível nacional. Essa resolução 55, de 2019... Para 2024 a gente pode começar a articular em 2024. Restam as representações, mas até o recebimento fica complicado, né? Porque, muda muita coisa, né? É, isso é bem complicado. É por isso que a gente tirou 2024, mas o importante é colocar... A gente pode, dentro da nossa gestão, ter uma plenária, porque a nossa gestão não é a nível, né, do prefeito. É. É, mas pensando, a gente possa começar pelo menos uma reunião este ano, e aí, depois, renomear ou encaminhar os nomes para 2025, porque dezembro, janeiro e fevereiro, praticamente para o mundo, né? E aí... É importante já fazer os ofícios, já começar a mandar. É. Também uma coisa que a gente tinha combinado ano passado, retrasado, lá com a Sheila, também era talvez a gente chamar via SEI, também, as secretarias, porque daí fica uma coisa mais oficial, também, principalmente para as secretarias se indicarem, né? Carol, só uma dúvida: a gente manda a resolução e depois chama as pessoas via SEI? Com o aporte da resolução. E eu acho, hein, que tinha uma indicação para publicação dos nomes no DOPA. Eu tenho quase, quase certeza que saía uma nomeação do DOPA. Sai, sai. Mas aí sai só os de Porto Alegre, né? Aquela leva ali de gente do Estado, não é. A gente manda a resolução e depois chama as pessoas via SEI. Com o aporte da resolução. É. Sai, sai. Aquela leva ali de gente do Estado, não é. É. Só os municipais. É quem começa o trabalho, daí vai chamando os outros, vai agregando pela expertise, né? Antes de publicar, quem tem conhecimento da prefeitura em nome de secretaria, só rever o nome das secretarias, que aquela da cultura era cultura, sei lá mais de qual nome, né? A da cultura eu olhei no site da prefeitura, ela está atualizada ali. A governança a gente atualizou, esporte e lazer a gente atualizou, desenvolvimento social a gente atualizou, acho que a saúde não mudou, eu não sei Secretaria Urbana, essa a gente não... Tá. Mas aí também só confere direitinho para a gente não publicar, fica feio depois. Alguma outra questão? Podemos colocar em votação? Então, em votação, por favor. Quem é favorável, levante a mão. Então, tá. Aprovado, então, por unanimidade. Tive agora uma conversa com a Rochele. Ela retornou terça-feira, eu acho que foi, das suas das férias, né? E, hã, a gente eu tinha questionado a Rosana, que ficou no momento de férias agora da Jennifer, hã, sobre o repasse para a FASC, hã, como complementação, né, pela resolução 087, de que forma seria, quanto é que seria e como seria, tá? Hã, então, elas estão vendo como é que vai ser este processo para poder conversar com a FASC, porque também é um, é novo, né? Então eles estão vendo como é que vai ser, ficaram de me dar um retorno mais contornável, né, na

295 semana que vem. Tá? Hã, aí também pedi, numa das conversas que eu tive com o Cristiano,
296 que é o presidente da FASC, eu pedi para a gente fazer, enquanto o recurso estiver na FASC,
297 para a gente fazer uma cerimônia, né, de entrega do cheque. Tá? Hã, porque eu brinco de
298 entrega de cheque, né, mas é uma, é algo, hã, inédito, uma ação que nós estamos fazendo
299 quase um aporte de quase R\$ 3 milhões. Então nós temos que deixar registrado. Então acho
300 que é muito válido a gente chamar as instituições, fazer uma mídia, fazer uma cerimônia para
301 a gente registrar esse momento também, né? Aí a gente vai ter que ver o local e tudo mais, né?
302 A Rochele disse: "Ah, na sala 104". Eu: "Ah, que felicidade", né? Mas hã, vamos ver como é
303 que a gente pode fazer. Hã, outra questão também, eu estava conversando com o Cristiano
304 sobre a instituição Some, Aparecida das Águas, em que eles são, esqueci qual das ilhas...
305 Vaninha. É. Acho que é. Ilha Grande do Marinheiros. Eu acho que é. E eles são, eles estão
306 foram muito impactados. Eles entraram na resolução 087, solicitaram o recurso máximo dos
307 R\$ 250.000, mas anterior a isso, eles tinham enviado pedido de suspensão de parceria para a
308 FASC. E a resolução 87 fala de termos ativos ou parcerias ativas, né? Então nós aprovamos,
309 colocamos a, entendemos a necessidade, né, do recurso, mas pela questão da suspensão desta
310 parceria, por solicitação deles, e a retomada da parceria é prevista para dezembro, tá, ou até
311 dezembro, porque, como eles trazem no ofício, hã, tem toda uma questão de, hã, de prédio, de
312 rua, de de tudo até chegar lá, né? Então não é somente puramente a questão da reforma do
313 prédio, né? Até as crianças, muitas vezes, o atendimento que estaria ali não está, né? Então
314 retomando também a vida lá. Então o que é que a gente fez? A gente, hã, encaminhou, a partir
315 do ofício deles, encaminhou para a Procuradoria, para a Procuradoria poder ver uma forma
316 viável, segura juridicamente, de ver se há a possibilidade de repassar o recurso para eles neste
317 momento, porque, lembrando, que a gente vai passar pela FASC, né? E aí eles vão fazer a
318 análise e, para não travar os demais processos, então nós vamos segurar o recurso deles,
319 vamos passar o recurso das demais instituições para a FASC e depois da análise jurídica da
320 Procuradoria, aí a gente decide e encaminha para a FASC. Tá? Só para deixar, hã, falado para
321 a gente poder ver qual é o processo que nós estamos. Hã, outra questão, capacitação Conselho
322 Tutelar. Hã, semana passada eu falei da capacitação, não é, no dia 29, e nós precisamos, hã,
323 divulgar, hã, as vagas agora. Nós estávamos com 39 pessoas inscritas somente. 39. 40 agora.
324 Contando com a gente. Não, não, agora são 250 vagas. Não, contando com a gente. Contando
325 com nós. Acontece que nós ainda não fizemos todos, todos nós talvez, né? Uma representação
326 boa, da Pequena Casa. Exato. Então... Pode divulgar para a rede? Pode divulgar para a rede,
327 tá? Porque o tema é Acolhimento Institucional, o principal, né? Mas, hã, podem divulgar para

328 para as demais pessoas... Essa do dia 29? Do dia 29. Porque a a formação, como foi solicitada
329 aqui por nós mesmos, era inicialmente só para os conselheiros tutelares. E aí, então, nós
330 fizemos a solicitação que fosse em um local maior para podermos abrir. Agora a gente abriu,
331 então agora a gente tem que lotar, né? E aí a gente precisa fazer o colocar realmente a rede lá.
332 Vou colocar no grupo ali o link de novo. Para a gente colocar no Fórum, as redes das casas de
333 acolhimento. Tá. Para mãe, né? Para pai, quer dizer. É como está escrito ali: "Capacitação
334 Conselho Tutelar". Sim. Perde... Algumas não entenderam bem que... É aberto. É aberto. Eu
335 coloquei ali para, botei para o Fórum divulgar, hã, para que também pode ser para os demais
336 atores, né, da rede. Mas, hã, é realmente, no card está bem isso aí. Tá, mas de qualquer forma,
337 vamos fazer essa divulgação. Hã, outra questão é a reunião que eu tive, hã, eu... Quem estava?
338 Hã, tá, eu e o Gustavo, do Fórum. Acho que era. Hã, com a procuradora, tá? Foi na segunda-
339 feira. Então a reunião com a procuradora está, a próxima reunião vai ser dia 28. E, e aí, hã,
340 nessa reunião nós trouxemos algumas questões como, por exemplo, a o primeiro processo que
341 a Finanças trouxe, né? Que, hã, nós fizemos uma resolução sobre majoração em relação aos
342 salários. E, hã, bem o exemplo que a Finanças trouxe agora, era um projeto que veio para cá
343 para revisão em relação a salários de convenção, né, dissídio, bem em convenção, e que não
344 precisaria talvez vir mais para cá. A procuradora entende que não seria necessário fazer uma
345 resolução para isto, mas não sei sinceramente se não vai ter que fazer alguma resolução sobre
346 isso ou alguma questão nesta linha de orientação, porque acaba vindo alguns projetos para a
347 gente olhar que são aumentos básicos de convenção e estão sendo repetidos quase todas as
348 semanas. Isso não precisa vir. Eu entendo que é uma segurança jurídica que se pede e que se
349 quer, mas a própria segurança jurídica é talvez orientar a instituição: encaminhem a
350 convenção. Talvez seja essa a orientação que se tenha que se dar. A partir da convenção, está
351 ali, o aumento é a partir da convenção, é 3%, 4%, sei lá quantos por cento, é isso aí. Na
352 próxima reunião, então, a gente também vai estar trazendo essas questões. A gente também
353 trabalhou sobre a empresa Puma, também conversamos um pouquinho, também em melhorar
354 o site. No site, o que a gente conversou também, a gente conversou sobre, por exemplo, hoje a
355 empresa, quando ela vai doar, ou a pessoa física, ela chega ali e recebe um recibo. Recibo que
356 tem os dados dele e os dados da instituição, só que não tem nenhum vínculo, a não ser aquelas
357 cinco linhas, mais ou menos, com o projeto. E às vezes, o projeto, na descrição, ele está muito
358 amplo. Ele está, digamos assim: vou fazer um arco-íris. Mas não diz o que vai usar, o que vai
359 precisar, não diz qual é a finalidade do arco-íris, nem nada. E aí o que a gente chegou ali, mais
360 ou menos, é de que esta construção, ela é praticamente um cola e copia do que vai no SIAS.

Então, do SIAS vai para lá. E que a gente poderia ter um acesso e detalhar mais no site do próprio CMDCA Funcriança. E aí a gente fez ali no site onde está Funcriança, tem uma parte de projetos ativos. Aonde estão os projetos ativos, lincava para este do SIAS. O que a gente vai fazer? Lá naquela descrição de cinco linhas, vai linkar para o do Funcriança CMDCA, que vai ter o projeto, o número do SEI, o número da instituição e o projeto. E aí ali a gente vai poder linkar também ao site da instituição, a essas questões assim. Foi mais ou menos isso que a gente pensou ali. Agora há pouquinho, o Luiz me chamou ali, estava me mostrando o que ele estava trabalhando nessa linha, mas eu fiquei com uma dúvida, não sei se é o que tu ia estar falando, sobre a questão da LGPD, dos dados sensíveis. Até que ponto em que no projeto tem os dados sensíveis. O nome da criança não está dentro do projeto, mas será que a gente tem alguma questão de dados sensíveis dentro, não digo nem do SEI, porque é acesso público, mas dentro, não sei. Largo assim, só fiquei pensando, na hora me ocorreu isso. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, não era sobre isso. Na verdade, eu fiquei pensando uma sugestão daqui por diante, já que a gente também vai ajustar a resolução 150, se no modelo do projeto a gente não pode colocar, pedir um resumo em X linhas que contivesse tais e tais e tais dados, que daí este resumo pudesse ser publicado. Acho que acaba facilitando, não sei se dá menos trabalho do que fazer todos esses links, mas teria que ser daqui para a frente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas hoje já tem. Tem. É na primeira parte do projeto ali, tem uma descrição, eu não sei o nome exatamente que é, mas tem umas cinco, seis linhas em que aquilo ali é o que vai para o projeto lá. Então, na verdade, acho que a gente pode é qualificar essa descrição. Tipo, quais as informações imprescindíveis? Ah, tem que constar, sei lá, número de atendidos, o que vai ser feito. Sabe, os itens que são imprescindíveis, porque daí a gente já tem no resumo mais fácil. Por exemplo, quando ela falou, basicamente, ela disse que, por exemplo, tu vai falar Estatuto da Criança e do Adolescente, que na descrição tu não precisa colocar tudo isso. Tu coloca ECA, que são 3 caracteres e não 20 caracteres. Então, ela disse que algumas coisas a gente também poderia abreviar para poder deixar as coisas mais claras. Que a gente é lógico, mas muitas vezes a gente acaba esquecendo das coisas básicas. Então, acho que está sendo bem interessante a reunião com a procuradora. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Na questão da majoração, eu acho que tem que estar claro também que, seja um percentual de 3%, de 5%, não sei, mas isso tem que estar dentro das despesas, porque na hora de captar, porque se der

um valor, 1 real a mais, vai sair de onde esse recurso para essa comprovação, entendeu? Então, acho que na construção toda eu também fiquei pensando nisso. Quando tu vai preencher o plano de trabalho, ele tem que bater com o valor que tu captou, que bate com o valor da carta de captação. Então, de qualquer forma, vai ter que adequar dentro disso. Não, tudo bem, mas é isso que eu quero dizer, ele tem que estar dentro do que tu vai captar. Mas tem que deixar claro. Tem que deixar claro, desenhado. Assim como a gente vai colocar folha, vai botar ali no espaço pessoal, rescisões e, sei lá, convenções coletivas, alguma coisa, tem que estar para que ela esteja no valor da carta. É isso que tem que estar claro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Outra questão é, ontem nós tivemos uma reunião com o Fórum, chamando os conselheiros da sociedade civil, e entre as questões que foi trazido, foi trazido a proposta de nós termos um projeto técnico para edital, para qualificação de atendimentos para crianças e adolescentes. Qualificação do atendimento para crianças e adolescentes. E que este edital, vamos dizer assim, ele fosse de ações complementares, ou fosse de realmente qualificar esse serviço. A gente pudesse ver questões de PPCI, questões de estrutura, questões nessa área. **Francyne da Rosa, CEMME:** Um geral, então? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, dos programas, dos projetos. O que nós tínhamos pensado anteriormente era a questão de colocar dentro de cada projeto a manutenção junto. A gente não deixou tão explícito, mas a gente já tinha cogitado, porque se tu vai fazer, por exemplo, o trabalho infantil, tu vai fazer uma oficina de computação trabalhando contra o trabalho infantil. Tu compra o computador, tu melhora aquela sala, tu pode botar um ar condicionado, dar uma pintura na sala, sabe? Tu qualifica aquele espaço para fazer a oficina, para chegar na questão do trabalho infantil. OK. E aí, assim tu qualificaria o espaço também. Mas, pensando no pedido que eles estão trazendo, eu pedi, na verdade, também, de que eles pudessem trazer uma proposta de considerandos e de proposta que a gente pudesse estar apreciando o texto inicial. Mais ou menos como a gente fez aqui nas comissões, inicialmente, depois a gente vai escrevendo junto. Para que a gente pudesse pensar junto como fazer este texto. Pra gente poder estar levando também para a procuradora na próxima reunião este texto e vendo as possibilidades, desde os projetos de edital, o qual mais se adequaria ou qual mais estaria dentro da 13.019, ou com as possibilidades da 13.019. Pensando também que agora nós temos a resolução 92, em que nos possibilita a construção, ampliação e tantas outras questões também. Então, eu acho que vai muito da questão da escrita, mas a gente tem que

trabalhar para que não tenha empecilhos depois. Por exemplo, nós temos, nós tivemos, acho que uma ou duas instituições em que entraram na resolução 87 porque estavam com muita goteira, tiveram muitos impactos assim, na chuvarada. E aí acabaram não estando dentro da mancha, mas também é uma questão. Relembrando um pouquinho, nos editais passados, era o momento em que as instituições aproveitavam para reorganizar suas casas. Então, pra gente poder pensar como que vai ser essa escrita. Acho que está tranquilo a gente poder fazer isso. Outra questão também que foi falada, e acho que é interessante a gente conversar, é que nós não temos, na verdade, quando a gente fala de que um projeto de uma instituição tem que competir com outro projeto de outra instituição. E aí a gente trouxe bastante, e o Rodrigo Gonzales produziu um texto também, fazendo esta base de que não é uma competição que a gente fala e nem que se entende, mas em que é uma seleção de propostas e uma hierarquização de critérios. Então a gente não trabalha com este entra, este não entra. Eu também falei lá de que, por exemplo, no último edital teve 200 e poucos projetos apresentados. No último momento, teve 8 instituições que não receberam. Por que não receberam? Porque não cumpriram o prazo, porque não entregaram documentação, porque estavam com CNDs erradas, atrasadas, porque deviam aqui. Então, há uma série de questões. Por exemplo, um spoiler: hoje nós estamos com uma instituição, das 14 instituições que foram liberadas o recurso por aqui, que ela está com dívida aqui no Funcriança. Então, hoje essa instituição não receberia, nem pela questão de enchente. Inadimplente. Sabe? Então, não é, e foi decisão do conselho repassar o recurso? Sim, mas na questão de documentação, ela não vai ter para cumprir o próximo passo. Então é uma situação que acontece, não adianta. Outra questão também que a gente podia fazer, como nos critérios, por faixa de atendimento. O Rodrigo trouxe bem colocado de que o modelo de edital que a gente fazia antes, que era 50% para instituições de forma geral, e depois a gente ia por metas ou por número de atendimentos, que essa não é hoje uma forma que seria totalmente adequada. A gente podia até colocar um valor X por instituição, que nem eu brinquei, colocou o nome na prova, tem um ponto, mas depois disso tu tem os outros pontos. Então a gente poderia fazer um valor X por instituição, mais um valor X por metas ou por faixas, digamos, 0 a 20, tanto, de 20 a 40, tanto. Não sei, não sei qual o valor, mas mais ou menos nessa ordem. Tem, eu falei, por exemplo, o frei ali, ele atende 300 crianças, eu atendo 30. A minha necessidade de recurso não é a mesma necessidade de recurso do frei. Então a gente poder fazer algo também nesse diferencial. E aí também colocar um dos critérios, por exemplo, também poderia ser quantidade de crianças que tu tens encaminhado para trabalho infantil, se tu vai pegar o edital de trabalho infantil,

atípicas, crianças de acolhimento no serviço de convivência ou na educação infantil, ou em alguma questão assim. Eu acho também que a gente podia fazer essas questões mais detalhadas. E aí eu não sei se a gente hoje a gente poderia pegar o texto do edital da aprendizagem ou se vocês têm alguma outra questão. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A Rose não está aqui, que é a grande consultora do edital da aprendizagem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ela disse que talvez ela voltasse, mas acho que ela não volta. O que vocês acham? Podemos ou vamos ver outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Pode ser. Posso ler, é que eu ajudei no da aprendizagem. A gente pode colocar no grupo. Acho que está no drive. Eu ajudei a construir ele, mas eu digo, a Rose foi a mais... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Está no drive? Está no drive, é o atualizado. Outra coisa, enquanto isso, gente, enquanto tu vai abrindo ali. Olha só, gente, preciso de uma comissão para rever um projeto. A reconstituição do crime, assim: lá na calamidade, a gente fez um projeto muito correndo para fazer uma carta de captação para questões de calamidade mesmo. Tem um processo lá, tem recurso. Tem cerca de 300 mil reais. Tem uma empresa, a Kumon, que quer fazer uma doação para esta carta e pediu o projeto. Só que, como a gente levou para a procuradora esta questão, ela fez a sugestão de que a gente pudesse já colocar para a empresa a forma que a gente vai fazer este repasse para as instituições. É a partir de edital? É a partir de credenciamento? De que forma as ações? Ali tem, naquele projeto, está muito ainda a questão de limpeza, a questão de materiais para aquele momento. E a gente tem que pensar agora talvez, não é um pós, mas é um quase pós. E aí, em quais áreas ou o que que a gente vai fazer. E aí a gente precisa encaminhar isso. Eu queria ver se a gente consegue fazer isso já para a próxima semana. Sem pressão. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Pena que a gente poderia ter feito mais simples aquele recurso, ter apresentado dois projetos que somam o valor daquele que nós repassamos para a recuperação, que foi para a FASC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não foi pago para a FASC? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, mas é que daí... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

CMDCA: Eu pensei isso também. Só que o que me falaram é que como o projeto inicial e a carta estavam lá dizendo que não era para instituições, mas é que a ideia era uma outra e não a retomada do serviço, mais ou menos isso. E aí a gente não ia conseguir misturar os recursos. Porque eu também queria pegar o recurso deste e fechar aquela carta e colocar para o recurso da resolução que a gente liberou. Aí me falaram que também que a gente não poderia fazer. Pensei tudo isso já. Eu acho que às vezes dá, mas é que não querem. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A gente vai poder contribuir depois. Pré-aprendizagem é um novo marco. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Depois sim, depois eu abro. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, depois para o acréscimo. E a minha sugestão, para a presidenta, para encaminhamento, para a gente ganhar tempo, que ao longo da semana circule esse projeto e aí insiram, porque na verdade, o que for para enriquecer. O que nos argumentou a fazer esse projeto foi o seguinte: que as políticas nossas, elas vão diminuindo quando chega na adolescência. Hoje o trabalho educativo nós temos para 900 jovens na cidade. Essa é uma política que também se inscreve dentro da discussão que teve o GT na FASC para discutir. E a ideia que no grupo a gente discutiu que estava nesse projeto, presidenta, é que seja um projeto piloto para a criação de uma política que depois tenha aportes do município também, com a adolescência, com vistas ao extermínio da juventude, todos os indicadores negativos de escolaridade, violência. Porto Alegre tem os territórios, que são os territórios de paz, que estão com índices bem elevados de extermínio da juventude. Então, nós temos que pensar o município, uma política para a juventude, até te convidar o conselho da juventude, não sei se está ativo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não está. É só colocar ali, frei, acho que seria interessante também o senhor colocar a questão da aprendizagem para socioaprendizagem. Essa é uma concepção que foi aprovada, puxada pelo fórum aqui de Porto Alegre, o fórum MAP, com o protagonismo das instituições, que quando ainda a Dilma era presidente, foi aprovado, foi entregue um documento, se tornou uma legislação nacional, porque a gente vivia num limbo, quase entre, não tinha um amparo legal. Mas essa rede hoje que trabalha com a socioaprendizagem, ela atende hoje os casos de jovens mais vulneráveis, com menos estruturas, porque o sistema S, via de regra, ele acolhe um jovem que tem uma estrutura organizativa, são em centros bem regionalizados, dificulta. E hoje nós temos com esta rede, que são 14 instituições, nós temos mais ou menos em todos os territórios há um serviço de socioaprendizagem. Ainda é uma rede

pequena, é um outro desafio. O João tem uma larga trajetória, o desafio nosso é conseguir as cotizações, as empresas, mas como não tem o recurso, nós achamos que o conselho poderia dar uma alavancada nessa política, que é tão importante e que pode determinar um futuro muito positivo para muitos jovens. Uma outra questão também que a gente já levantou para a prefeitura é também que a prefeitura, ela contrata estagiários. Ela poderia contratar estagiários e aprendizes, não somente um ou somente o outro, mas também os dois. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Só uma questão, eu digo para a gente avançar na proposta, porque também a nossa, o nosso documento aí que vai ser o edital, isso eu não posso determinar, mas eu acho que o conselho pode puxar uma discussão de política para a juventude e apresentar para o Executivo algumas alternativas importantes que vão impactar. Nós nem falamos aqui, depois acho que vai aparecer, os nossos problemas hoje dos nossos adolescentes e jovens que saem do acolhimento institucional. A Doutora Sinara até chegou uma época com o fundo do, como é que chama o fundo, para egressos, criou uma alternativa de apoiar alguns projetos na cidade, mas não é uma ação continuada. Então, hoje nós temos adolescentes que chegam aos 17 anos, eles têm, não podem mais ficar na rede de acolhimento. Nós temos hoje duas repúblicas ou três na cidade que acolhem, mas uma forma altamente emancipatória é a inserção no mundo do trabalho. Rolando ali, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o contingente de crianças adolescentes de 15 a 17 em situação de trabalho infantil aumentou 70%, passando de 1.758.000 em 2019 para 1.881.000 em 2022. Salvo aumento também pode ser constatado na cidade de Porto Alegre, visto que em informação divulgada via site de notícias de 1 mostra que houve um salto, um aumento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de 120 em 2019 que passou para 334 em 2020, reflexos dos efeitos pandêmicos vividos até hoje no município de Porto Alegre. Frente a isso, mostra-se urgente a necessidade de fomentar a implementação de práticas inovadoras no programa da pré-aprendizagem, que visa o combate ao trabalho infantil, a precarização do trabalho e a exploração de mão de obra juvenil. O programa prevê ações que visam o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a promoção da cidadania através da capacitação profissional e do desenvolvimento do senso de responsabilidade de direitos sociais e econômicos conquistados de forma sustentável. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Posso pedir uma questão de ordem? Sim. Assim, ó, o que eu estou vendo aí é que está a justificativa ali, está boa, só jogaram bastantes dados, daí agora a gente vai ter que trabalhar a estruturação disso em texto. Sim, por isso que é interessante essa leitura bem dinâmica que o frei está fazendo, porque daí a gente aprova a

ideia, mas vai ter que trabalhar no texto. Depois formatar dentro. Então, o público-alvo seria adolescentes a partir dos 14 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica, expostos a situações de risco, dentre eles, adolescentes em medida de proteção, acolhimento, trabalho infantil, abuso, violência sexual e doméstica ou outras situações de violação de direitos. Adolescentes e jovens com deficiências, vinculadas a organização da sociedade civil, que prestam atendimento voltado para o público infanto-juvenil, direto e indiretamente, nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre. Objetivos: Implementar um programa de pré-aprendizagem conforme portaria do Ministério, aí está a portaria que vocês perguntaram, que é agora bem recente, de 3.872 de dezembro de 23 e a lei de aprendizagem, que é 10.097, a fim de mitigar os vazios de atendimento público da assistência social, na resolução 238/2018 do CMAS. Só uma questão ali, frei: a pré-aprendizagem, ela continua sendo a partir de 14 anos. Sim, é que, nem necessariamente, a pré-aprendizagem, o que que ela tem de vantagem? Um dos problemas nossos hoje, às vezes tu não tem a cota ainda, e antes tu não tinha um marco que amparava. Hoje uma instituição que trabalha com a aprendizagem, ela pode ter uma pré-aprendizagem que pode ser uma forma de trabalhar dimensões importantes para, quando chegar na aprendizagem, às vezes ele já pode ter uma formação numa área, pode escolher outra, mas seria para mim, vamos falar assim, de um ponto de vista, um trabalho educativo mais qualificado, com um planejamento, com uma estrutura mais já voltada a atender as demandas, então, que depois a aprendizagem profissional exige. A grosso modo, também teria um recurso para o adolescente? Isso é uma questão que a gente chegou a discutir, da possibilidade de ter uma bolsa. O governo do estado, na pequena política que tem para os centros da juventude, eles têm a figura do jovem multiplicador, que são 58 jovens, nos, em Porto Alegre são quatro territórios que tem, que é a Lomba, Restinga, o Rubem Berta lá no Centro Vida Humanístico e na Cruzeiro, e depois tem um em Viamão e outro em Alvorada. Nesses quatro territórios tem, mas 58 jovens é pouquíssimo num universo, não é, é uma gotinha no oceano ali. Imagina, no caso da Lomba, eu citei para vocês, a única política que nós temos para adolescente e jovem, nós temos o privilégio de ter o centro da juventude e 24 metas de trabalho educativo para todo o território da Lomba. **(Sem identificação):** Que é enorme e que tem uma população infanto-juvenil mais elevada que a média da cidade, que dá quase 10% a mais pelo tipo de formação geográfica daquele território. Dados da saúde, que tem um banco de dados fantástico. Num seminário de saúde que eu descobri esse dado, na Lomba é de 0 a 18, isso de uns anos atrás, a média de crianças e adolescentes da cidade de 0 a 18 era 24,6, a Lomba chegava a 34 e alguma coisa. Não sei se continua. **Frei Luciano Elias**

Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: Fortalecer a política de capacitação profissional aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, expostos a risco na cidade de Porto Alegre, promover ações de pré-aprendizagem profissional conforme previsto na portaria, o número que está citado mais uma vez, voltadas para preparação de adolescentes a partir de 14 anos de idade para o preparo no ingresso em programas de aprendizagem profissional, em conformidade com a legislação vigente e com o apoio de OSCs formadoras registradas no Ministério do Trabalho, e registro e inscrição do programa no CMDCA. Comentar programas de aprendizagem profissional em consonância com a lei do MTE 10.097/2000, incentivando a inserção de adolescentes a partir de 14 anos em programas que os capacitem para o mercado de trabalho, respeitando as condições adequadas de segurança e desenvolvimento, oportunizando o trabalho formal.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: A gente está falando em oportunizando o trabalho formal e mercado.

Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: É, o mundo do trabalho, ele é mais amplo. Ele abrange o mercado, mas também outras. Por exemplo, vou dar um exemplo, um jovem que faz o curso de barbearia, ele abre depois, empreendedorismo, então ele tem um leque mais amplo, mas o curso ajuda. Nós temos hoje barbearia e vimos que é muito potente o curso. Hoje nós temos muitos jovens em barbearias aqui na cidade que são ali do nosso cursinho da Lomba. Fico bem feliz de ver quantos se formaram lá naquele território. Período então de execução, a proposta que seriam 12 meses a contar da formalização da parceria com a contratante, estabelecendo o repasse financeiro de acordo com uma previsão orçamentária. A metodologia: a fim de buscar atingir o objetivo do projeto técnico, serão realizadas parcerias com organizações da sociedade civil por OSCs formadoras, registradas no CMDCA e credenciadas no Fórum Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente para realizar os programas de socioaprendizagem e pré-aprendizagem, conforme o CONADE, Catálogo Nacional de Aprendizagem e as respectivas CBOs nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre. As OSCs interessadas deverão encaminhar as suas propostas por meio da apresentação de projetos ao CMDCA para apreciação. A execução do projeto será dividida em etapas devidamente estruturadas a fim de garantir que as OSCs selecionadas possam implementar o programa da pré-aprendizagem conforme a portaria, o número ali, já foi citado, de maneira eficiente e eficaz. Esse processo será executado em duas etapas.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: pré-aprendizagem,

organizada através de módulos formativos, com complexidade progressiva e inserção no momento da informatização, com atividade de segunda a sexta-feira, com carga horária de 4 horas diárias, totalizando 20 horas semanais e duração de 12 meses. O curso, então, oportuniza o aprimoramento profissional, técnico e humano dos jovens através de um currículo equilibrado, com estruturação de conteúdos em módulo básico, específico e prático. Os cursos de formação serão ministrados sob forma de módulos, dentro do arco ocupacional, podendo ser oferecida a certificação por módulos e uma certificação geral. O adolescente que, eventualmente, não completar o período integral, poderá certificar os módulos dos quais participar. O perfil socioeconômico. A certificação. Perfil socioeconômico: para a inserção de jovens na pré-aprendizagem serão considerados os seguintes pontos: possuir renda per capita até meio salário mínimo, ser referenciado na rede socioassistencial, pertencer a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, adolescentes em medida de proteção, acolhimento, trabalho infantil, abuso e violência sexual e doméstica e outras situações de violação de direitos, adolescentes e jovens com deficiências. O impacto social esperado. Além de ampliar a alternativa de inserção social e para o mundo do trabalho, espera-se que o projeto promova a qualificação profissional dos adolescentes e jovens, preparando-os para o mercado de trabalho, o mundo do trabalho, e rompendo, assim, com o ciclo de pobreza e exclusão social. Garantir o acesso do público-alvo a espaços que promovam a proteção integral e qualidade na sua formação e projeto de vida. O que pretendemos através desse projeto é possibilitar que o jovem se desenvolva a partir de proposta formativa, levando em conta a falta de empregos formais, apontando a qualificação e uma profissão como uma possibilidade, uma alternativa de inserção social e econômica. Viabilizar o desenvolvimento profissional integral do programa de pré-aprendizagem profissionalizante implantado e a redução da evasão escolar. O monitoramento e a avaliação deverão ocorrer durante o desenvolvimento do projeto e pode ser realizado em logos, SGB e CMDCA. O presente projeto tem como fonte de investimento recursos do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com dotação orçamentária a ser estabelecida. O valor, estava aquele valor que estava ali, os projetos complementares. Ali tem uma proposta. Os projetos a serem contemplados para cada instituição formadora terão um orçamento mensal de 14.250 para 20 vagas no período de 12 meses, totalizando 171.000 anual. Acho que poderia botar 172, né? Para a seleção. Ali se prevê, até depois tem uma discussão, que eu não sei se está contemplado ali, de uma equipe que está prevista na de educador, tem educador básico específico. Também tem a previsão de ter um trabalho, pelas vulnerabilidades e necessidades, um trabalho com uma equipe com

psicólogo e assistente social, também uma carga horária, que eu não lembro. Ali está, ali está a estrutura, ó. Mensais. São horas para poder fazer intervenção. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Nós não botamos bolsa. É poucas horas, 32 horas mensais. É para compor, porque na verdade, se tu vai ter várias, tu está imaginando para uma turma, isso aí. Tu vai dividir eles, se tiver 3, 4 turmas. A gente tem que ver também qual é a capacidade que o Conselho tem de investimento nesse ano, política que a gente discutiu, e quantas, qual o objetivo, quantas metas nós temos a previsão para a cidade. Ali até tem uma proposta de começar. Voltando, eu acho que tem ali uma proposta aqui, mas eu acho que aqui o Conselho tem que. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Nós temos 30 milhões livre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Volta ali para mim calcular, por favor. É, isso que eu quero ver. Dividido por 20? 712 com 50. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tem vazios, mas eu acho que em todas as regiões hoje tem uma entidade que é certificada, porque tem um processo de inscrição no Ministério do Trabalho, tem que ter aqui no Conselho a aprovação dos percursos. Toda é toda uma estrutura. O que hoje nós temos, podíamos fazer o mapa para ver como é que está na cidade. Por exemplo, eu sei que na Lomba, Restinga, Partenon, Centro, na Cruzeiro tem. Na Norte tem a Compasso. Poderia se garantir no mínimo um para cada. É, o Partenon é privilegiado, tem 3. Tem 14 do jovem aprendiz. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O Forte, Fórum do Trabalho Educativo, tem 70 entidades. O Jovem Aprendiz tem 14. Algumas têm jovem aprendiz e têm trabalho educativo no mesmo endereço. Inclusive, Murialdo, MDCA, Pequena Casa. Então assim, eu acho que o que a Sônia traz, nós precisamos do mapa para identificar endereços, territórios e modalidades. Com a vinda das colegas da FASC semana que vem, depois que elas terminarem, bem cansadinha, de nos mostrar a parte do acolhimento, a gente reivindica a próxima temática, porque eles apresentaram um dado para nós, tu lembra, lá no gabinete do Cristiano, que o Santo depois foi lá no Fórum de Entidades nos alertar: “Olha só, nós estamos atendendo uma ponta de um iceberg, tem 2.500 vagas que não estão sendo preenchidas”. Lembra? É isso que a gente tem que trabalhar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Inclusive, o Everton sugeriu, porque o Everton estava olhando o texto, ele ficou de fazer uns apontamentos. Ele está lá em Campinas, mas está ajudando ainda dentro do possível. E ele ficou de mandar. Ele sugeriu, inclusive, porque tinha o GT que o Conselho participou, o Carlos participou também com ele

na FASC, que discutiu o trabalho educativo e o outro programa, que é o Projovem. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Esse Projovem, essa coisa do Projovem não vai adiante. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tá, mas o que quero dizer o seguinte, dentro do reordenamento que a FASC discutiu, tem uma proposta de implementação por territórios das metas e uma redistribuição. Ao menos o Everton falou, e o Cristiano também numa reunião falou, inclusive uma nova pactuação. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Nós vamos defender nessa nossa modalidade, porque assim, o Projovem é uma atividade lúdica, recreativa. Que tirou muito do trabalho educativo. Essa modalidade aqui, ela é muito mais viável para aquilo que a nossa gurizada precisa. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, e outra, ela exige que ele permaneça na escola, porque tem um monitoramento, uma série de gatilhos que a aprendizagem, ela ajuda. E é impressionante, por isso que nós tínhamos que ter uma política aqui na cidade, uma equipe que só cavasse as vagas. O que eu tenho notado, o jovem quando ele se insere num espaço formal de trabalho, de organização, ele recebe uma série de impactos que são muito positivos, que mexem na motivação para estudar. Ele se sente capaz, “eu posso estar frequentando uma empresa”. Dou um exemplo, nós temos ali na Unidos, que era a Volkswagen hoje, da Lomba, jovens que passaram por muita dificuldade, hoje tem 6 ou 7 efetivados. Lá na, desde a portaria, tem vendedor de automóvel já que nasceu da aprendizagem, que se desenvolve e que tinha muitas vulnerabilidades. Então o estímulo, e assim eu vou pegar de qualquer instituição que executa, teríamos milhares de casos de contar como essa política, ela é talvez a mais emancipadora. Ela coloca o jovem, que às vezes é um peso na família, num outro lugar de novo, porque ele vai poder atender as suas necessidades de vestuário, aquilo que é da imagem dele, que ele quer estar melhor reconhecido. Ele consegue atender essas coisas que a família nunca garante. É por isso que muitos acabam entrando para o tráfico, porque eles precisam naquela idade um tênis legal, um celular legal, e é isso que a primeira inserção no trabalho, a primeira coisa que eles investem é no seu visual, na sua imagem que dá o reconhecimento, num bom celular, num bom tênis que a gente jamais compraria hoje, mas eles compram, mas faz parte daquele processo primeiro de desenvolvimento, de maturação. **Francyne da Rosa, CEMME:** E o Projovem, ele nasceu do Governo Federal, do MDS, né? Com uma proposta de ser um programa. Teve dois ciclos, né, de de aprendizagem, assim. Tem metodologia, tem toda uma forma de aplicar o Projovem que hoje já foi modificada pelo tempo já de existência, né? Hoje ele é ele é entendido, assim, pela

723 FASC, como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de adolescentes. Ou seja,
 724 como um trabalho educativo, que não tem metodologia própria, mas os dois vão ser extintos
 725 assim que tivermos o edital para serviço de convivência de adolescentes. O projeto técnico
 726 está pronto, esperando o edital da FASC. O Frei falou sobre, né, ser motivativo, né, dar
 727 motivação ao jovem. Se a gente for olhar ali, eu acho que os valores eles precisam ser
 728 revistos, porque R\$ 4 um lanche para o adolescente mal dá uma bolacha recheada e um
 729 refrigerante. Eu digo para vocês porque eu caço o Atacadão todo mês para comprar o lanche
 730 do Projovem, e a gente se vira para dar o dinheiro que, né, a gente sabe que é FASC, que é
 731 bastante insuficiente. Mas R\$ 4 no projeto... **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** E daí
 732 acho que também tem a ver com o que a Fran está falando. A dúvida é, este edital é para
 733 implementar isso que está estruturado, dentro desses valores e dessa metodologia, ou as
 734 instituições vão poder propor algo a mais? Porque aqui a gente está falando ali, ó, de
 735 objetivos, de acordo com o que a instituição for abordar para cada problema contextualizado.
 736 Isso já estava nos outros textos, mas só para ficar claro. A gente vai estar colocando o recurso
 737 para a execução deste projeto nas 14 instituições que já têm ou a gente abre para todo mundo e
 738 que outras que queiram também? Então, fiquei meio confusa. **Frei Luciano Elias Bruxel,**
 739 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tem um critério ali que coloca que
 740 tenham já o registro, porque é uma das condições para executar é que tenha registro no
 741 Conselho, no primeiro momento. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Então, a gente
 742 vai colocar o recurso nas 14 que já têm para para executar exatamente como está aqui.
 743 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 744 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Até pode surgir novas instituições, mas elas precisam ser
 745 inscritas para instituições formadoras. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Tá. Eu só
 746 não... Mas vamos, vamos continuar que daí vai estar clareando, tá? Coisa assim, elas vão
 747 executar uma coisa que elas já fazem, e esse recurso é para o que elas já fazem, ou é uma
 748 coisa nova? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 749 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É para crianças novas, para jovens novos. Novas
 750 metas. Aí, indo na planilha de recurso, sobe na planilha de recurso, por favor. A tabela
 751 financeira, eu acho que ela está muito frágil ali. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
 752 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Até porque tu não tem como contratar um
 753 psicólogo por R\$ 1.000, até se quiser formalmente pode fazer MEI, né? E não pode ser
 754 psicólogo. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Meio Assistente Social. Não pode

755 meio menos que o valor. Não, não, não pode menos que o valor. **João Batista Machado da**
756 **Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não pode meio. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
757 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas eu sugiro que talvez a comissão ali mais
758 ampliada, quem puder contribuir, contribua para a estruturação. Mas é uma base para início,
759 então, de fundamentação, mas a ideia... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
760 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ah, tá. Peraí, me lembrei,
761 desculpa. Ah, e eu tinha mais uma coisa, eu disse assim, eu tinha mais uma coisa. Ah, falando
762 na linha do que o Frei falou de que esses jovens, eles aguardam ansiosos por este valor da
763 aprendizagem, e que faz principalmente na justificativa que a gente coloca o diferencial, nós
764 temos que ter um valor para esse jovem. Uma bolsa. E seja R\$ 200, mas a gente não vai, se a
765 gente está colocando lá em cima, lá em cima a gente está colocando de que faz diferença esse
766 recurso, a gente não pode não dar um recurso, né? E a gente tem hoje o trabalho educativo, a
767 gente vê como é uma dificuldade para esse jovem se manter, porque ele já está com outro
768 olhar, né? E aí realmente ele vai trocar qualquer coisa. **Sônia Silvestrin, Secretaria**
769 **Municipal de Saúde – SMS:** A minha a minha dúvida é, se a gente, eu entendi que ela é
770 fundamentalmente para acrescer recursos para quem já vem desenvolvendo atividades nesse
771 sentido, né? Para fortalecer o que já vem sendo feito e aumentar o número de jovens que
772 tenham abrangência por esse projeto. Se a gente conhece instituições que nós sabemos que são
773 idôneas, que fazem um trabalho, a gente pode dar visibilidade para este para essa proposta e
774 eles podem buscar inscrição e recursos para fazer essa atividade, essa proposta de trabalho que
775 a gente está desenvolvendo aqui? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
776 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Deve. **Frei Luciano**
777 **Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que sim, porque
778 nós temos que ampliar a rede, né? O que é importante é que tenha uma consistência no
779 trabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
780 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Até assim, por exemplo, tá? Hoje, me corrijam se
781 eu estiver errada em relação à aprendizagem, tá? Tu manda uma série de documentações para
782 o Ministério do Trabalho para cadastrar a instituição como uma instituição formadora. Desses
783 documentos, tu vai praticamente desenhar no plano de trabalho o projeto ou o que tu vai fazer
784 com o CBOs que tu vai atender. É um programa, né? Aí quando vem para cá, já vem com este
785 documento, né? E aí, junto com a documentação do CMDCA para aprendizagem, tu vai de
786 novo detalhar tudo que a gente pede ali, linkando também os CBOs. É feita a visita, é feita a

787 aprovação, e orientado principalmente em questão de CBOs. Que daí eu lembro algumas falas
788 que nós tivemos aqui. Por exemplo: ah, tem que cuidar este jovem no mercado para que ele
789 não seja colocado em situações que gerem insalubridade. **Paulo Francisco da Silva, Pequena**
790 **Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Tem aprendizagem para 18 a 24 e tem
791 para... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
792 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Exato, né? Então tem essas questões também. E aí, todas
793 essas questões, aprovado tudo isso, a instituição, ela é uma instituição formadora e ela se
794 habilita para trabalhar com a aprendizagem. Independente se for esse edital ou concorrendo
795 com vagas na cidade. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É dentro de uma política
796 nacional, até mesmo, são inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social também, além
797 do Ministério do Trabalho, né, que dá toda a certificação, tem mais essa questão. **Frei**
798 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que até
799 a gente poderia fazer uma formação sobre aprendizagem. Para a gente se apropriar como do
800 acolhimento, como é que está pensada essa política, até para a gente poder. Como a ideia, a
801 gente discutiu no grupo de que é o momento, como estamos discutindo na FASC o trabalho
802 educativo como o Projovem, de a gente ser um conselho proponente de políticas que depois
803 possam se tornar. Entre nós, hoje, o custo de um jovem privado de liberdade, às vezes está
804 cumprindo uma medida, ou às vezes um jovem que às vezes vai perto de 16, 17 anos, nós
805 temos tido acolhimento institucional, se tivesse na comunidade uma inserção, que às vezes o
806 jovem tem uma dinâmica bem problemática, gera problema na escola, com a família. Hoje já
807 temos vários acolhimentos por conduta, que é muito grave, que às vezes essa política que nós
808 estamos trabalhando hoje, que tem como foco o trabalho, ela tem sido fortemente
809 organizadora da vida e recolocando o jovem na família num outro contexto, e dentro da
810 comunidade, na escola também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
811 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, então é isso? É isso,
812 povo? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
813 **CMDCA:** É isso aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
814 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, próxima quarta, então, nós
815 teremos a FASC para, não terminou, se aquieta. Ah, próxima quarta, então, nós teremos a
816 FASC e, ah, ah, trazendo os dados sobre acolhimento institucional, tá? E aí, depois a gente
817 pega também os projetos em que ficamos trabalhando e os dados em que a gente está
818 juntando, tá? Ah, só retomar a questão do que eu tinha solicitado para a Comissão de Políticas

819 antes. É, ah, ah, com a, com base naquele processo do Kumon, Kumon, tá? Nós organizarmos
 820 o processo, o projeto técnico, na verdade, para a carta de captação, em que nós já temos para a
 821 enchente. Nós temos um projeto no processo sei, nós temos dois projetos. Nós temos um...
 822 fortalecimento às famílias, alguma coisa assim. E um outro tipo retomado de atendimentos
 823 para atendimento no momento, que era desde roupa, fralda, coisas básicas naquele momento
 824 ali, tá? E aí, ah, talvez pegar estes dois projetos e pensar alguma coisa no pós, tá? Tanto pós
 825 com a questão também pegando saúde mental, talvez, ah, aquisição de materiais, ah, não sei,
 826 né? A gente pensar algumas coisas nessa linha assim, tá? E aí a gente poder fazer isso para
 827 poder responder com um projeto técnico mais enjossadinho, bonitinho, ah, os valores em que
 828 a gente tem, tá? E aí pegando essas regiões principais que foram atingidas, as instituições das
 829 regiões, nesta linha, acho também. E aí esse daí para a semana que vem. Pode ser? **Paulo**
 830 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: 7 dias.**
 831 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 832 **Caimc (Topoggio) – Presidente:** Se tem uma semana, são 7 dias. A carta já tem R\$ 300.000.
 833 R\$ 300.000, na verdade, R\$ 300.000. E aí tem que ver se vai chegar mais algum recurso. Eu
 834 acho que a gente poderia colocar em R\$ 500.000 o projeto todo. Só que daí tem que ver
 835 conforme a gente vai fazendo. Não sei, pensando assim. Tá, gente? OK? Mais alguma coisa,
 836 por favor?

837 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
 838 da Criança e do Adolescente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
 839 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.